RESOLUÇÃO Nº 014/2018–CPJ, DE 21 DE JUNHO DE 2018

(Publicada no Diário Oficial nº 33648, edição de 3 de julho de 2018)

Aprova o Plano Estratégico de Atuação do Ministério Público do Estado do Pará em Questões Agrárias e Fundiárias (PEAF) do biênio 2018-2019.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO que o Estado do Pará é o segundo maior Estado brasileiro em extensão territorial, dividido em 144 (cento e quarenta e quatro) Municípios, com 58% (cinquenta e oito por cento) de seu território composto por áreas protegidas, somando-se as unidades de conservação federais, estaduais e municipais, terras indígenas e quilombolas, as quais compreendem uma área total de 72.288.206 (setenta e dois milhões, duzentos e oitenta e oito mil, e duzentos e seis) hectares;

CONSIDERANDO que o Estado do Pará tem um histórico de conflitos relacionados às questões agrárias e fundiárias, notadamente pela forma desordenada como se deu a ocupação das terras públicas;

CONSIDERANDO que a indefinição da política fundiária para o Estado do Pará é um grande obstáculo a ser superado, pois constitui fator que enseja a continuada eclosão de conflitos pela posse da terra e dos recursos no ambiente rural, em inequívoco atentado ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana;

CONSIDERANDO que, em cumprimento ao mister constitucional de agente de transformação político-social, cabe ao Ministério Público buscar mecanismos que lhe permitam influenciar decisivamente na tomada de decisões do Poder Público, para consolidar a democracia, o respeito aos direitos humanos, a valorização e o resgate da cidadania rural, a proteção do meio ambiente e a redução da violência rural para assegurar o direito de propriedade aos diversos segmentos sociais, reduzir o desmatamento, garantir a sustentabilidade ambiental e, em especial, realizar o ordenamento territorial, pressuposto necessário à regularização fundiária, entendida como instrumento primeiro para ordenar o espaço e democratizar o acesso à terra no território paraense, e

CONSIDERANDO, também, a proposta do Procurador-Geral de Justiça submetida à apreciação do Colegiado,

R E S O L V E:

Art. 1º Aprovar o Plano Estratégico de Atuação do Ministério Público do Estado do Pará em Questões Agrárias e Fundiárias (PEAF) do biênio 2018-2019, que forma o Anexo desta Resolução.

Art. 2º O Procurador-Geral de Justiça adotará as providências necessárias à implementação do PEAf, de acordo com as disponibilidades orçamentário-financeiras do Ministério Público.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DE SESSÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO PARÁ, em 21 de junho de 2018.

GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR
Procurador de Justiça

CLÁUDIO BEZERRA DE MELO
Procurador de Justiça

UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL
Procuradora de Justiça

LUIZ CESAR TAVARES BIBAS
Procurador de Justiça

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA
Procurador de Justiça

FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
Procurador de Justiça

DULCELINDA LOBATO PANTOJA
Procuradora de Justiça

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador de Justiça

ADÉLIO MENDES DOS SANTOS
Procurador de Justiça

MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA
Procuradora de Justiça

ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA
Procurador de Justiça

RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA
Procurador de Justiça

ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
Procuradora de Justiça

MARIO NONATO FALANGOLA
Procurador de Justiça

MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATTOS SOUSA
Procuradora de Justiça

LEILA MARIA MARQUES DE MORAES
Procuradora de Justiça

MARIA TÉRCIA ÁVILA BASTOS DOS SANTOS
Procuradora de Justiça

ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO
Procurador de Justiça

HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
Procurador de Justiça

MARIA CÉLIA FILOCREÃO GONÇALVES
Procuradora de Justiça

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
Procuradora de Justiça

MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO
Procuradora de Justiça

NELSON PEREIRA MEDRADO
Procurador de Justiça

ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO
Procuradora de Justiça

HAMILTON NOGUEIRA SALAME
Procurador de Justiça

WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO
Procurador de Justiça

ANEXO

Plano Estratégico de Atuação do Ministério Público do Estado do Pará em Questões Agrárias e Fundiárias (PEAF) - 2018/2019

APRESENTAÇÃO

O Estado do Pará é o segundo maior Estado do País em extensão territorial, com 1.247.955,381 km² (Fonte: IBGE), dividido em 144 Municípios, sendo que 58% do território paraense é composto por áreas protegidas, somando-se as unidades de conservação federais, estaduais e municipais, terras indígenas e quilombolas. Essas áreas compreendem um total de 72.288.206 hectares.

É um Estado com forte histórico de conflitos relacionados a questões agrárias e fundiárias, notadamente pela forma desordenada como se deu a ocupação das terras públicas, bem como pela forma “descompromissada” com que o poder público historicamente sempre tratou da questão, alimentando uma situação de “caos fundiário”.

O problema da indefinição fundiária no Estado do Pará é, certamente, um dos grandes obstáculos a serem superados no âmbito estadual, sendo fator que alimenta diariamente a eclosão de conflitos pela posse da terra e dos recursos no ambiente rural, muitos dos quais com resultados desastrosos que atentam contra a dignidade humana.

Considerando seu papel de agente de transformação político-social, o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) busca mecanismos contemporâneos que possam efetivamente contribuir para influenciar na tomada de decisões do poder público no sentido de consolidar a democracia, respeitar os direitos humanos, valorizar e resgatar a cidadania rural, proteger o meio ambiente, diminuir a violência rural, para assegurar o direito de propriedade aos diferentes segmentos sociais, reduzir o desmatamento e garantir a sustentabilidade ambiental, bem como realizar o ordenamento territorial, pressuposto indispensável à regularização fundiária, entendida como instrumento primeiro para ordenar o espaço e democratizar o acesso à terra em um estado com vastas dimensões como o Pará.

Há que se considerar, ainda, dentre as prioridades da atuação institucional, a necessidade de garantir junto aos poderes a implantação e/ou implementação de políticas públicas voltadas à tutela da cidadania no ambiente rural, combatendo efetivamente, por meio de seus órgãos de execução, as mazelas históricas de conflito no campo, alimentadas pela indefinição fundiária do estado, pela concentração de terras públicas em mãos de particulares de forma irregular (grilagem), em decorrência da omissão do poder público.

Destarte, são vários e complexos os desafios no Pará, onde histórica e culturalmente predominam a posse e/ou a detenção de áreas públicas e a violência rural como instrumentos de acesso a recursos.

Impõe-se, portanto, que a Instituição esteja sempre focada na construção de diretrizes que possam melhor conduzir sua atuação, bem como na proposição de mecanismos - reforçando sua postura proativa consagrada pela sociedade - com o fim de minimizar ou solucionar conflitos no Estado que devem ser vencidos.

Nessa perspectiva é que o MPPA, dando prosseguimento à execução de suas ações de forma ordenada, planejada, apresenta o documento em tela, contendo em seu bojo o Plano Estratégico de Atuação do Ministério Público do Estado do Pará em questões Agrárias e Fundiárias para o período 2018/2019 (PEAF), fruto do processo de acompanhamento e avaliação das ações contidas no PEAF 2013/2014.

Pode-se afirmar que os resultados obtidos no período correspondente à execução do Plano 2013/2016 modificaram positivamente o cenário existente, agravado por um leque de problemas, sejam eles de ordem estrutural do MPPA, ou seja, aqueles que afetam a

efetividade da atuação finalística da Instituição, ou de ordem setorial, estes inerentes às áreas agrária e fundiária do Estado.

A instalação das Promotorias Agrárias em cinco regiões administrativas do Estado (Altamira, Castanhal, Marabá, Redenção e Santarém), a criação do Núcleo de Trabalho Agrário, a participação do Ministério Público em diversas comissões e programas (Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas ao Combate à Grilagem - CPMEAQLG); Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo; Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos; Fórum Estadual de Combate aos Impactos Causados pelos Agrotóxicos etc.) foram resultados que constituem verdadeiras ferramentas fortalecedoras da estrutura do MPPA, imprescindíveis para a efetividade da sua atuação no enfrentamento dos problemas que se apresentam na área.

De outra maneira, a execução do projeto “Sistema Geográfico de Informações Fundiárias (SIG Fundiário)” executado no período do PEAf, vem representando solução para tais óbices, haja vista a constatação do significativo avanço no ordenamento e na celeridade das informações agrárias e fundiárias, fundamentais para a atuação efetiva não somente do MPPA, mas também do conjunto de órgãos envolvidos, representando importante instrumento facilitador da implementação de políticas públicas voltadas para a área.

Finalmente, cabe ressaltar que, sem sombra de dúvida, o PEAf vem comprovadamente funcionando como eficiente instrumento de planejamento da Instituição e que o sucesso desse instrumento só foi possível graças ao comprometimento de todos os integrantes da Instituição envolvidos no processo, em especial dos Promotores de Justiça, primando pelo zelo, interação e participação no trato das questões agrárias e fundiárias do Estado e das relativas ao MPPA, não obstante a consciência das dificuldades encontradas na obtenção de resultados sólidos e consistentes para a sociedade.

INTRODUÇÃO

O Plano Estratégico de Atuação do Ministério Público do Estado do Pará em Questões Agrárias e Fundiárias (PEAF) para o período 2018/2019 constitui instrumento de planejamento norteador da Instituição para o enfrentamento de conflitos agrários e fundiários do Estado no período proposto.

Elaborado pelos Promotores de Justiça que integram o Grupo de Trabalho Conflito Agrário e Fundiário do Pará - GT Agrário (Portaria nº 1.437/2010-MP/PGJ), coordenado pelo Centro de Apoio Operacional Cível (CAO Cível), o referido documento é fruto do processo de acompanhamento e avaliação do plano anterior, executado no período 2013-2016.

Destarte, traz a avaliação dos problemas, detectados pelos Promotores de Justiça, referentes às questões agrárias e fundiárias do Estado, como também dos relativos às questões estruturais da Instituição, que dificultam a atuação efetiva do Promotor de Justiça no enfrentamento das dificuldades; dos objetivos que deveriam ser alcançados no período proposto; das diretrizes traçadas, norteadoras da atuação dos membros; das ações definidas como estratégicas para a solução dos problemas das iniciativas executadas por meio de projetos ou atividades, capazes de alterar ou minimizar a realidade adversa; assim como sobre os prazos e responsáveis pela sua execução.

Não podendo ser de outro modo, o documento em tela compreende, na sua essência, os seguintes tópicos: apresentação, introdução, processo de monitoramento e avaliação do PEAf 2013/2014 (metodologia, objetivos, diretrizes, problemas a serem enfrentados, metas, indicadores, ações estratégicas/projetos e atividades, orçamento; resultados esperados) e anexos.

1- O PROCESSO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PEAFF 2013/2014:

METODOLOGIA

O monitoramento e a avaliação, desenvolvidos por meio da análise qualitativa e quantitativa de planos, programas, portfólios ou projetos, constitui uma das ferramentas que deve ser utilizada para medir o grau de eficácia, eficiência e efetividade das intervenções de Instituições em uma determinada realidade. Possibilita subsidiar a Administração Superior na tomada de decisões, na utilização eficiente dos recursos, na correção de possíveis entraves durante a execução, além de indicar à Instituição novos caminhos a percorrer, contribuindo para o melhor alcance dos resultados esperados.

Nesse sentido, os Promotores de Justiça integrantes do GT Agrário, conscientes da importância dessa ferramenta para o MPPA, em especial com o objetivo de conquistar a excelência de sua atuação inerente às questões agrárias e fundiárias do Estado, reuniram-se durante o exercício de 2016 para, dentre outras discussões, avaliar o PEAFF 2013/2014 com foco no novo PEAFF.

Ao instituir o GT Agrário, o Ministério Público possibilitou aos Promotores de Justiça que detêm a competência para atuar em questões agrárias e fundiárias deslocarem-se de suas Promotorias de Justiça, no interior do Estado, para se reunirem na sede da Instituição, na capital, uma vez ao mês, para promoverem, dentre outras ações, a discussão sobre os problemas enfrentados em suas áreas de abrangência, a troca de informações e o compartilhamento de práticas adotadas pelos Promotores de Justiça nos Municípios de sua abrangência. Além disso, as reuniões constituem um exercício prático de gestão da Administração Superior, uma vez que a coordenação do GT compartilha, nesses momentos, as realizações da administração com todos os integrantes.

Nas pautas dessas reuniões, verdadeiros fóruns de discussões, estavam previstos o monitoramento e a avaliação do PEAFF-2013/2014 e dos diversos tópicos nele contidos: os problemas enfrentados pelo Promotor de Justiça nas áreas agrárias e fundiárias do Estado, que prejudicam a celeridade de sua atuação; as diretrizes que nortearam o Plano; os objetivos a serem alcançados pelas Promotorias de Justiça Agrárias; a construção de metas e indicadores necessários à avaliação do novo PEAFF; e a situação das ações estratégicas e dos respectivos projetos e atividades (se executados totalmente ou não).

Os Promotores de Justiça apresentavam a evolução das iniciativas, as dificuldades encontradas e, ainda, as novas alternativas de solução para aqueles problemas que ainda persistiam, muito embora tenham sido empreendidos esforços para a sua solução. Todo o processo era devidamente registrado em atas, encaminhadas pela coordenação do CAO Cível aos Promotores de Justiça, técnicos e assessores para conhecimento e providências.

A metodologia utilizada na avaliação do processo PEAFF executado ocorreu em duas frentes: nivelamento de informações sobre a execução do PEAFF 2013/2014 e realização de oficina visando à construção do novo PEAFF.

1ª Etapa: Nivelamento. Encaminhamento aos Promotores de Justiça integrantes do GT Agrário de matriz contendo os problemas agrários e fundiários do Estado e as questões estruturais da Instituição que dificultam a atuação do Promotor de Justiça (elencados no PEAFF-biênio 2013/2014), com o objetivo de tornar mais célere o processo de avaliação concretizado mediante a realização de oficina com os membros.

2ª Etapa: Oficina. Dirigida aos Promotores de Justiça integrantes do GT Agrário, coordenada pela Comissão de Gestão de Planejamento Estratégico (COGEPE), com o apoio de técnicos da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa do Pará (FAPESPA). Durante o evento foram avaliadas as diretrizes, os problemas, o objetivo, as ações estratégicas, as iniciativas (projetos/atividades) e os prazos do PEAFF 2013/2014, identificando-se as ações executadas e não executadas.

O novo cenário permitiu a construção do PEAf 2018/2019 principalmente com a adequação e/ou inclusão de novas metas, novas ações estratégicas e iniciativas, além da inserção de indicadores, elemento fundamental na mensuração e no gerenciamento do novo plano, tornando sua execução mais qualitativa. Para a construção das metas e indicadores, os Promotores de Justiça contaram com o apoio técnico, além da COGEPE, da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa do Pará (FAPESPA).

Durante o evento, foram utilizados a Matriz de Contribuição, adotada para identificar as ações mais adequadas às diretrizes do Plano, o Diagrama de Árvore, para destacar a real origem dos problemas, bem como a Matriz de Responsabilidades, formada por Promotores de Justiça do GT Agrário, CAO Cível e COGEPE.

No decorrer do processo de acompanhamento e avaliação, os Promotores de Justiça apontaram a necessidade de aglutinar determinados problemas, por entenderem que apresentavam a mesma raiz (causa), e de adequar determinadas ações estratégicas. Esse procedimento, aliado aos problemas minimizados, resultaram no redesenho do quadro de problemas e de ações estratégicas do PEAf 2013/2014, trazendo à tona o novo PEAf- biênio 2018/2019.

Foram ainda destacadas pelos membros algumas situações, como as que contribuíram fortemente para a não solução dos problemas: a não governabilidade dos integrantes do GT Agrário sobre determinadas iniciativas resultantes da influência de fatores internos e externos; o tempo inadequado previsto para a conclusão de determinadas ações estratégicas; a morosidade do processo de adequação das infraestruturas física, de pessoal e de tecnologia de informação e comunicação das Promotorias de Justiça Agrárias, bem como na tramitação de documentos (fluxo interno), cuja celeridade importa em atendimento das reais necessidades da população de maneira mais efetiva.

Nessa linha, os Promotores de Justiça julgaram importante que o novo Plano apresente maior elasticidade de tempo, principalmente na implementação de ações estratégicas que exigem a adoção de mecanismos para o enfrentamento das dificuldades internas e externas, em especial, as referentes à atuação mais integrada entre Promotorias de Justiça e departamentos e entre a Instituição e órgãos dos três poderes.

Cabe destacar que, para melhor entendimento do processo de construção do novo PEAf, foram considerados que:

a) para cada ação estratégica traçada existe uma ou mais iniciativas (projetos e atividades) correspondentes;

b) a ação estratégica só pode ser considerada executada se todos os projetos/atividades a ela relacionados foram realizados;

c) algumas ações estratégicas são de natureza continuada e, portanto, devem permanecer no PEAf, a exemplo da ação “implementação de infraestrutura adequada às Promotorias de Justiça Agrárias (equipamentos, mobiliários, veículos);

d) muito embora não tenham sido solucionados, muitos problemas foram minimizados com as iniciativas propostas no PEAf 2013-2014 pelos Promotores de Justiça e pela Administração Superior.

Finalmente, com o objetivo de melhor compreensão do trabalho realizado, o documento em tela apresenta anexos contendo quadros demonstrativos do passo a passo do processo de avaliação realizado pelos Promotores de Justiça do GT Agrário na construção do novo PEAf.

2- RESULTADOS ALCANÇADOS

Os resultados obtidos com o cumprimento do PEAf 2013-2014, possibilitaram o alcance da expectativa do CAO Cível/ Membros integrantes do GT Agrário, desde o início do processo de elaboração do Plano, qual seja, assegurar ao MPPA, maior visibilidade e

reconhecimento como Instituição em permanente atuação na resolutividade pacífica dos conflitos agrários e fundiários, em consonância ao macro objetivo institucional previsto no seu Mapa Estratégico visando ao alcance de sua missão. São eles:

- 05 Promotorias de Justiça Agrárias instaladas para atender as 5 Regiões Agrárias do Estado: Altamira, Castanhal, Marabá, Redenção e Santarém;
- Elaborada proposta e aprovada pelo Colégio de Procuradores de Justiça, a criação do Núcleo de Questões Agrárias e Fundiárias possibilitando a melhoria do assessoramento e apoio efetivo à execução das atribuições dos membros do Ministério Público em questões agrárias e fundiárias;
- Elaborado e divulgado Guia Prático de Atuação do MPPA em Questões Agrárias e Fundiárias;
- Elaborada e encaminhada à Administração Superior proposta de atuação dos integrantes do GT Agrário nos referidos grupos/comissões interinstitucionais, conselhos;
- Comitês em matéria agrária e fundiária;
- Elaborada proposta de resolução para definir as atribuições do cargo de Promotor de Justiça Agrário com ênfase à atuação extrajudicial preventiva, inclusive com adoção de mecanismos de autocomposição de conflitos, atendendo as diretrizes do plano estratégico;
- Realizado levantamento de todos os grupos /comissões interinstitucionais, conselhos e comitês em matéria agrária e fundiária em que o Ministério Público tenha assento;
- Atuação do MP em Comissões e Programas (Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas ao Combate à Grilagem (CPMEAQLG), Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, Fórum Estadual de Combate aos Impactos Causados pelos Agrotóxicos, Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos, resultando na criação da Lei de Proteção dos Direitos Humanos, dentre outros;
- Elaborado Acordo de Cooperação Técnica para elaboração da cartografia das áreas de conflitos fundiários e agrários, existentes e potenciais, no Estado do Pará;
- Elaborado projeto de criação e funcionamento de fóruns permanentes, regionais e/ou estadual, entre o MP e a sociedade civil;
- Elaborado diagnóstico da estrutura existente nas Promotorias de Justiça Agrárias atualmente instaladas no Estado do Pará;
- Elaborado projeto para o fortalecimento da estrutura das Promotorias de Justiça Agrárias;
- Procedida a análise dos Programas de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos- PPDDH e do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas-PROVITA, encaminhando propostas de melhorias dos programas de proteção;
- Realizado estudo das regiões agrárias e elaboração de proposta de ato normativo para redefinição da extensão territorial da área de atuação de cada Promotoria de Justiça Agrárias do Estado do Pará;
- Realizado estudo e levantamento da situação dos cargos de Promotor de Justiça Agrário, das Promotorias de Justiça Agrárias instaladas e dos cargos providos para elaboração de proposta de ato normativo visando à instalação das dez Promotorias de Justiça Agrárias correspondentes aos cargos já criados por lei;
- Elaborado projeto de curso de aperfeiçoamento visando integrar a política institucional de formação continuada;

- Em andamento, projeto de integração de dados fundiários, agrários e ambientais no Estado do Pará. Elementos a serem acompanhados: articulação para a assinatura de acordos de cooperação técnica, captação de recursos e acompanhamento do projeto já encaminhado ao governo do Estado do Pará;
- Em execução, Projeto de divulgação e treinamento para utilização do Sistema Geográfico de Informações Fundiárias – SIG Fundiário;
- Parcialmente elaborados, projetos conjuntos entre as Promotorias de Justiça nas regiões agrárias, voltados à implementação de políticas públicas em questões agrárias e fundiárias;
- Em execução a identificação e a definição de estratégias de acompanhamento dos casos de pessoas ameaçadas de morte por conflitos agrários e fundiários;
- Em execução, identificação de rotinas para atuação das Promotorias de Justiça Agrárias e elaborar guia prático de rotinas;
- Em execução, a Identificação de rotinas para ações integradas com outras instituições visando fiscalização, tratamento de conflitos e implementação de políticas públicas, com a elaboração de guia prático de rotinas; e
- Em execução, desenvolvimento de Sistema Geográfico de Informações Fundiárias-SIG Fundiário integrando as iniciativas do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação.

3- O NOVO PEAFF-2018/2019

3.1- JUSTIFICATIVA

Após quatro anos da elaboração e execução do Plano Estratégico do Ministério do Estado do Pará em Questões Agrárias e Fundiárias (PEAF), urge, diante do cumprimento de grande parte das ações, atividades e metas, que se proceda a uma atualização do Plano, diante das novas demandas e desafios a serem enfrentados pelas Promotorias de Justiça do Estado do Pará e, em especial, pelas Promotorias Agrárias.

Nesse contexto, justifica-se a implementação e a reconstrução continuada do PEAFF como instrumento de concretização de metas focadas na atuação finalística do Ministério Público do Estado do Pará.

Os conflitos decorrentes do uso e da apropriação da terra no Estado do Pará são matérias recorrentes. Não obstante, é possível afirmar que, nos últimos anos, o Ministério Público do Estado do Pará passou atuar de forma mais efetiva em relação aos conflitos fundiários, muito se devendo a sua atuação focada, integrada e regionalizada, estimulada pelo Grupo de Trabalho Agrário.

Considerando que o PEAFF é um plano sistematizado de atuação continuada, há a necessidade de se fazer, periodicamente, reavaliações para definição de novas metas, tendo em vista as metas já cumpridas no biênio anterior e as metas ainda por cumprir.

Nesse contexto, justifica-se a implementação e a reconstrução continuada do PEAFF como instrumento de concretização de metas focadas na atuação finalística do Ministério Público do Estado do Pará.

3.2- OBJETIVOS

Geral: Contribuir para a resolução pacífica dos conflitos agrários e fundiários, visando ao cumprimento da função social da terra e da paz social.

Específicos:

- Promover o fortalecimento e o aperfeiçoamento institucional para o enfrentamento e atuação das resoluções dos conflitos coletivos pela posse da terra, conflitos fundiários e por seus produtos;
- Promover, por intermédio do GT Agrário, a visibilidade e o reconhecimento do Ministério Público do Estado do Pará como instituição essencial na resolução pacífica dos conflitos agrários e fundiários;
- Promover, por meio do GT Agrário, a permanente interlocução com as comunidades rurais, com melhoria do grau de confiança na atuação do Ministério Público; e
- Aprimorar a ação estatal com a atuação integrada do Ministério Público e instituições agrárias, fundiárias e ambientais.

3.3- DIRETRIZES (vetores para o alcance dos objetivos propostos)

- Zelar pela observância da função socioambiental da terra;
- Contribuir para a erradicação dos conflitos agrários e da violência no campo;
- Fortalecer a atuação integrada dos membros do MPPA nas esferas estadual e nacional;
- Atuar de forma integrada com o Poder Judiciário, Defensoria Pública, órgãos socioambientais, agrários, fundiários e de controle social;
- Atuar de forma integrada com a comunidade e a sociedade civil, com o objetivo de aperfeiçoar a atuação extrajudicial da Promotoria de Justiça Agrária;
- Promover ações preventivas nas áreas de potencial conflito agrário e fundiário;
- Priorizar, na política institucional, a implementação de programa de capacitação e formação continuada em matérias agrárias e fundiárias aos membros e servidores;
- Promover a comunicação permanente interinstitucional e com a sociedade;
- Promover a ampliação e/ou o fortalecimento das parcerias com a sociedade civil organizada e instituições públicas e de interesse social;
- Buscar o constante apoio da Administração Superior do MPPA às ações institucionais voltadas à implementação da política de atuação em questões agrárias e fundiárias;
- Atuar na construção, implementação e fiscalização das políticas públicas agrárias e fundiárias;
- Definir uma política institucional de valorização dos direitos fundamentais ligados ao campo; e
- Promover o fortalecimento da infraestrutura das Promotorias de Justiça Agrárias.

3.4- PROBLEMAS

- Ausência de normatização sobre as atribuições dos cargos de Promotor de Justiça Agrário;
- Insuficiência da estrutura das Promotorias de Justiça Agrárias;
- Ausência de plano de capacitação e aperfeiçoamento permanentes;
- Deficiência na atuação integrada no Ministério Público e com os órgãos socioambientais, agrários e fundiários;

- Dificuldade na socialização das informações produzidas no GT Agrário e de interesse do MPPA e da sociedade;
- Deficiência na implementação de políticas públicas na área rural, como, por exemplo, educação, saúde, crédito, assistência técnica, energia, dentre outras; e
- Deficiência na política de gerenciamento de terras do Estado do Pará (integração deficiente).

3.5- AÇÕES ESTRATÉGICAS PROPOSTAS

- Fortalecimento da atuação institucional;
- Disseminação (interna e externa) de informações e resultados de projetos e atividades produzidos pelo GT Agrário;
- Fomento às políticas públicas voltadas à cidadania rural; e
- Integração dos dados fundiários do Estado do Pará.

3.5.1- Ações estratégicas – significado

- Fortalecimento da atuação institucional.

Consiste no aprimoramento da atuação de governança da Instituição por meio de melhorias na sua infraestrutura (física, instrumentos de trabalho, capacitação, dentre outros), na capacidade de diálogo e no poder de negociação interna e externa (com as instituições públicas e privadas e com a população), resultando em maior autonomia e maior capacidade de oferta dos serviços do MPPA, com mais qualidade, capazes de promover mudança social.

- Disseminação (interna e externa) de informações e de resultados de projetos e atividades produzidos pelo GT Agrário.

Consiste na importância da criação e adoção de medidas que possibilitem o fortalecimento do acesso à informação, garantindo a publicidade dos atos realizados pelo GT Agrário, assegurando o cumprimento do texto constitucional que trata como pilar democrático o acesso à informação e da Lei Federal nº 12.527/2011, bem como a divulgação dos resultados de projetos e atividades.

- Fomento às políticas públicas voltadas à cidadania rural.

Adotar e/ ou criar mecanismos direcionados à melhor eficiência das políticas públicas dirigidas às populações residentes nas áreas rurais (eficiência econômica, equidade social e territorial, qualidade patrimonial e ambiental, dentre outros).

- Integração dos dados fundiários do Estado do Pará.

Consiste no ordenamento, por meio de sistema informatizado, das informações fundiárias registradas de forma descentralizadas e desordenadas em cartórios e em instituições governamentais, sendo esse fato indutor da eclosão de conflitos pela posse da terra e pelos recursos no ambiente rural, muitos dos quais com resultados desastrosos que atentam contra a dignidade humana.

3.5.2- Ações estratégicas - iniciativas (indicação de projetos/atividades)

Ação estratégica 1: Fortalecimento da atuação institucional.

Iniciativas:

- Acompanhamento, junto ao Colégio de Procuradores de Justiça, da proposição de resolução instituindo normas sobre atribuições do cargo de Promotor de Justiça Agrário;
- Acompanhamento das demandas de infraestrutura adequada às Promotorias Agrárias (equipamentos, mobiliários, veículos, sistemas, servidores, segurança pessoal, etc.) para o efetivo desempenho de suas funções;
- Acompanhamento da demanda do GT Agrário quanto à instalação de novas Promotorias de Justiça e redimensionamento territorial de Promotorias de Justiça já instaladas;
- Elaboração de plano de capacitação e aperfeiçoamento;
- Revisão do guia judicial de acordo com o Código de Processo Civil (CPC), impressão, distribuição e disponibilização online aos interessados na intranet no sítio do MPPA;
- Elaboração de guia de práticas extrajudiciais;
- Formalização de instrumentos legais (convênios, termos de cooperação, acordos, oficinas, recursos tecnológicos, dentre outros), visando ao compartilhamento de informações técnicas e operacionais (laudos e estudos, etc.), com universidades, organizações governamentais e não governamentais;
- Realização de ações integradas pelos membros do MPPA;
- Prosseguimento e acompanhamento da participação do Ministério Público em conselhos e comitês em matéria agrária e fundiária, articulados ao Núcleo e ao GT Agrário.
- Ação Estratégica 2: Disseminação interna e externa das informações produzidas pelo GT Agrário.
 - Iniciativa:
 - Elaboração, instituição e implementação do plano de comunicação da área agrária e fundiária do MPPA.
- Ação estratégica 3: Fomento às políticas públicas voltadas à cidadania rural.
 - Iniciativas:
 - Realização de fóruns regionais e estadual (mediante a aprovação, pelo Colégio de Procuradores, da minuta de resolução que cria esse instrumento), com elaboração de relatórios e encaminhamento das demandas ao Ministério Público (em conformidade com as atribuições do Promotor de Justiça) e às demais instituições competentes visando ao atendimento das demandas;
 - Elaboração de mapa dos conflitos agrários e levantamento situacional de políticas públicas e encaminhamento aos órgãos competentes em conformidade com as atribuições do Promotor de Justiça; e
 - Acompanhamento do Programa Federal de Defensores dos Direitos Humanos e da proposição de política estadual, bem como de pessoas ameaçadas de morte por conflitos rurais.
- Ação estratégica 4: Integração dos dados fundiários do Estado do Pará.
 - Iniciativas:

- Implementação do Protocolo de Entendimentos e/ou outros instrumentos legais para garantir a homologação do SIG Fundiário e dos documentos nele cadastrados, bem como a instalação das Câmaras de tratamento de conflitos agrários e fundiários;
- Implementação do Protocolo de Acesso das instituições ao banco de dados do SIG Fundiário;
- Diálogo interinstitucional com os poderes constituídos e sociedade civil organizada para apresentação e adesão ao projeto, ampliando a divulgação e treinamento para a utilização do SIG Fundiário;
- Proposição ao Poder Executivo da sistematização, espacialização, homologação e integração dos dados fundiários do Estado do Pará;
- Levantamento das áreas de conflito, bem como das áreas de potencial conflito agrário, a partir dos processos judiciais e dos procedimentos extrajudiciais das regiões agrárias; e
- Elaboração de projeto para expansão do SIG-Fundiário e das Câmaras de tratamento de conflitos agrários e fundiários a todo território paraense.

4- PROBLEMA/AÇÃO ESTRATÉGICA/META/INDICADOR

PROBLEMA: Inadequação da estrutura funcional para a efetividade da atuação do PJ agrário (deficiência no processo de capacitação e aperfeiçoamento; fragilidade na atuação integrada com os órgãos socioambientais, agrários e fundiários, conselhos e comitês; inadequada estrutura das Promotorias de Justiça Agrárias; ausência de normatização sobre as atribuições dos cargos de Promotor de Justiça Agrário).

AÇÃO ESTRATÉGICA 1: Fortalecimento da atuação institucional

Meta 1: 2 (dois) guias elaborados até junho de 2018.

- Indicador: Guias elaborados.
- Fórmula: Número absoluto.
- Monitoramento: CAO Cível - Secretaria GT Agrário.
- Periodicidade: Semestral.

Meta 2: Aumentar em 30% (trinta por cento) o número de Promotores de Justiça na área Agrária capacitados no período de 2018 a 2019

- Indicador: Taxa de incremento de pessoas capacitadas
- Fórmula:
$$F = \frac{n^{\circ} \text{ de pessoas capacitadas no Plano atual} - n^{\circ} \text{ de pessoas capacitadas no plano anterior}}{n^{\circ} \text{ de pessoas capacitadas no plano anterior}} \times 100$$
- Monitoramento: CEAF, CAO Cível, Secretaria GT Agrário
- Periodicidade: Semestral
- Polaridade: mais é melhor

Meta 3: 100% (cem por cento) de Participação do MPPA nos conselhos e comitês de questões agrárias e fundiárias, até dezembro de 2019.

- Indicador: Participação de PJs em conselhos e comitês
- Fórmula:
$$F = \frac{\text{n}^\circ \text{ conselhos e comitês que o MP participa}}{\text{n}^\circ \text{ conselhos e comitês existentes}} \times 100$$
- Monitoramento: CAO Cível – Secretaria GT Agrário
- Periodicidade: Semestral
- Polaridade: mais é melhor

Meta 4: Incremento de 30% (trinta por cento) de atuação integrada (PJs Agrárias e demais Promotorias), até dezembro de 2019.

- Indicador: Ações de PJs Agrárias executadas conjuntamente com outras Promotorias de Justiça
- Fórmula:
$$F = \frac{\text{n}^\circ \text{ ações realizadas por PJ agrárias em conjunto com outras PJ's}}{\text{n}^\circ \text{ ações das PJ's agrárias}} \times 100$$
- Monitoramento: CAO Cível – Secretaria GT Agrário
- Periodicidade: Semestral
- Polaridade: mais é melhor
- Observação: Incluir indicador no SIMP para gerar base de banco de dados.

Meta 5: 100% (cem por cento) das PJs Agrárias estruturadas até dezembro de 2019.

- Indicador: Número de PJs Agrárias estruturadas (que detém, no mínimo, 3 dos seguintes itens: equipamentos, mobiliários, veículos, sistemas, servidores, segurança pessoal, etc).
- Fórmula: Aplicação de questionário às Promotorias de Justiça Agrárias
- Monitoramento: CAO Cível – Secretaria GT Agrário
- Periodicidade: Semestral
- Polaridade: mais é melhor
- Meta 6: 1 (uma) Resolução elaborada e aprovada até dezembro de 2018.
- Indicador: Resolução que normatiza as atribuições do cargo de Promotor de Justiça Agrária elaborada e aprovada pelo Colégio de Procuradores-Gerais
- Fórmula: Número absoluto
- Monitoramento: CAO Cível – Secretaria GT Agrário
- Periodicidade: Semestral

PROBLEMA: Dificuldade na socialização das informações produzidas no GT Agrário de interesse do MP e da sociedade.

AÇÃO ESTRATÉGICA 2: Disseminação, interna e externa das informações e de resultados de projetos e atividades produzidos pelo CAO Cível/GT Agrário.

Meta 1: 1 (um) Plano de Comunicação elaborado, até dezembro de 2018

- Indicador: Plano elaborado
- Fórmula: Número absoluto

- Monitoramento: CAO Cível – Secretaria GT Agrário
- Periodicidade: Semestral
- Meta 2: 100% (cem por cento) das informações produzidas no período de 2018 a 2019, disseminadas, interna e externamente, pelo CAO Cível /GT Agrário.
- Indicador: Ações disseminadas por intermédio do Plano de Comunicação

nº ações divulgadas nas mídias

• Fórmula:
$$F = \frac{\text{internas e externa}}{\text{nº de ações produzidas pelo GT Agrário}} \times 100$$

- Monitoramento: CAO Cível – Secretaria GT Agrário
- Periodicidade: Semestral
- Polaridade: mais é melhor

PROBLEMA: Deficiência na implementação de políticas públicas na área rural (educação, saúde, crédito, assistência técnica, energia, dentre outras)

AÇÃO ESTRATÉGICA 3: Fomento às políticas públicas voltadas à cidadania rural

Meta 1: 60% (sessenta por cento) das demandas do Fórum Agrário monitoradas até dezembro de 2019.

- Indicador: Número de demandas ocorridas no Fórum Agrário monitoradas pelo MP.
- Fórmula:
$$F = \frac{\text{nº demandas do Fórum}}{\text{nº de demandas monitoradas (acompanhadas) pelo MP}} \times 100$$
- Monitoramento: Fórum Regional (monitorado pelo PJ Agrário), Fórum Estadual (monitorado pelo CAO Cível)
- Periodicidade: Semestral
- Polaridade: mais é melhor

Meta 2: 1(um) mapa de conflitos agrários elaborado até dezembro de 2019

- Indicador: Mapa elaborado
- Fórmula: Número absoluto
- Monitoramento: CAO Cível – Secretaria GT Agrário
- Periodicidade: Semestral

PROBLEMA: Deficiência na política de Gerenciamento de Terras do Estado do Pará (integração deficiente)

AÇÃO ESTRATÉGICA 4: Integração dos dados fundiários do Estado do Pará

Meta 1: No mínimo, 4 (quatro) órgãos integrados ao SIG, até dezembro 2019.

- Indicador: Órgãos que alimentaram o SIG em relação ao número de órgãos que assinaram o protocolo.

$$F = \frac{\text{Órgãos que alimentam o SIG}}{\text{nº de órgãos que aderiram ao protocolo}} \times 100$$

- Fórmula:
- Monitoramento: CAO Cível – Secretaria GT Agrário
- Periodicidade: Semestral
- Polaridade: mais é melhor

Meta 2: Projeto SIG Fundiário implantado em 7 (sete) Municípios da região agrária de Castanhal até junho de 2019.

- Indicador: Municípios com o SIG Fundiário alimentado
- Fórmula:
$$F = \frac{n^{\circ} \text{ de municípios com o SIG implantado}}{7 \text{ municípios da RA de Castanhal}} \times 100$$
- Monitoramento: CAO Cível – Secretaria GT Agrário
- Periodicidade: Semestral
- Polaridade: mais é melhor

Meta 3: 2 (duas) Câmaras de Tratamento de conflitos agrários e fundiário instaladas até dezembro de 2019.

- Indicador: Câmaras instaladas
- Fórmula: Número absoluto
- Monitoramento: CAO Cível – Secretaria GT Agrário
- Periodicidade: Semestral

5- CRONOGRAMA/RESPONSÁVEIS

Meta	Responsável pelo cumprimento da Meta	Prazo de Conclusão
1 Resolução que trata das atribuições do cargo de PJ Agrário elaborada e aprovada	4º PJ de Redenção (Agrária), 7º PJ de Santarém (Agrária), 6º PJ de Altamira (Agrária) e PJ de Soure	Dezembro/2018
100% das PJ Agrárias estruturadas	Coord. CAO Cível, Coord. Núcleo Agrário e PJs Agrárias	Dezembro/2018
Aumentar em 30% o número de PJs na área agrária capacitados	Coord. CAO Cível, Coord. Núcleo Agrário, 8º PJ de Castanhal (Agrária), 4º PJ de Redenção (Agrária), PJ de Ponta de Pedras, 2º PJ de Breves e 1º PJ de Rondon do Pará	Dezembro/2019
2 guias elaborados	4º PJ de Redenção (Agrária), 12º PJ de Marabá (Agrária), PJ de Soure, Coord. Núcleo Agrário, PJs Agrárias, 7º PJ de Santarém (Agrária), 12º PJ de Marabá (Agrária), 3º PJ de Paragominas e Assessora Gracilda Leão	Junho/2018

Incremento de 30% de atuação integrada entre PJ Agrária e demais PJs	12º PJ de Marabá (Agrária), PJ de Almeirim, 8º PJ de Marabá, 8º PJ de Santarém e 1º PJ de Rondon do Pará	Dezembro/2019
100% de participação do MPPA nos conselhos e comitês de questões agrárias e fundiárias	3º PJ de Paragominas e Assessora Vera Tavares	Dezembro/2019
1 Plano de Comunicação elaborado	Coord. CAO Cível, 4º PJ de Redenção (Agrária), PJ de Soure, PJ de Goianésia do Pará e Assessoria de Imprensa	Dezembro/2018
100% das informações produzidas no GT Agrário, divulgadas interna e externamente	Coord. CAO Cível, 4º PJ de Redenção (Agrária), PJ de Soure, PJ de Goianésia do Pará e Assessoria de Imprensa	Dezembro/2019
60% das demandas dos Fóruns Agrários monitoradas	Coord. Núcleo Agrário, 7º PJ de Santarém (Agrária), 8º PJ de Santarém, 3º PJ de Paragominas e Assessora Kátia Carvalheiro	Dezembro/2019
1 Mapa de conflito agrário elaborado	Coord. CAO Cível, Coord. Núcleo Agrário, GT SIG-F, PJs Agrárias e 1º PJ de Rondon do Pará	Dezembro/2018
4 órgãos integrados ao SIG-Fundiário	Coord. CAO Cível, Coord. Núcleo Agrário, GT SIG-F, PJs Agrárias e 1º PJ de Rondon do Pará	Dezembro/2019
7 municípios da Região Agrária de Castanhal com o SIG-Fundiário implantado	Coord. CAO Cível, Coord. Núcleo Agrário, GT SIG-F, PJs Agrárias e 1º PJ de Rondon do Pará	Junho/2019
2 Câmaras de tratamento de conflitos fundiários e agrários instaladas	Coord. CAO Cível, Coord. Núcleo Agrário, GT SIG-F, PJs Agrárias e 1º PJ de Rondon do Pará	Dezembro/2019

6-RESULTADOS ESPERADOS

- Conclusão da integração de banco de dados com as informações agrárias, fundiárias e ambientais no Estado do Pará;
- Melhoria de equipamentos públicos e serviços voltados para a população rural;
- Aumento do número de membros capacitados a atuar sistematicamente nas demandas agrárias;
- Estreitamento das relações interinstitucionais do Ministério Público do Estado do Pará com outros órgãos e com a sociedade civil organizada;
- Equipamento das Promotorias de Justiça Agrárias existentes, assim como busca pela instalação, provimento e estruturação dos cinco novos cargos das Promotorias de Justiça Agrárias;
- Obtenção de ferramentas normativas para evitar conflitos de atribuições e contribuir para a harmonização da atuação ministerial regional e local; e

- Promoção da transparência e visibilidade das ações do GT Agrário do MPPA.

7- RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

As iniciativas previstas no PEA 2018-2019 encontram-se previstas na programação de médio prazo da Instituição (PPA 2016-2019), no orçamento anual, além da possibilidade de obtenção de recursos externos para o projeto SIG Fundiário.

ANEXO I

QUADRO I- Análise dos Problemas contidos no PEAf 2013 a 2014 X Problemas PEAf 2018/2019

Problemas		Análise
2013/2014	2018/2019	
1-Indefinição fundiária no Estado do Pará.	Deficiência na política de gerenciamento de terras do Estado do Pará (integração interinstitucional deficiente).	<p>A descrição do problema sofreu ajustes uma vez que os membros entendem que o modo como estava descrito no PEAf anterior não mostrava a sua amplitude e a sua origem (raiz do problema).</p> <p>Deverá continuar a ser enfrentado muito embora o GT AGRÁRIO venha utilizando um importante instrumento para a solução do problema, qual seja a execução do Projeto “Implantação de Sistema de Informações Fundiárias”. Essa iniciativa, primeiramente com um projeto piloto na região nordeste do Estado, beneficiou seis Municípios se estendendo para o Município de Almeirim (região do Projeto Jarí). O Sistema vem promovendo o ordenamento e a integração dos dados agrários e fundiários, permitindo ao MPPA e aos demais órgãos da área atuar com maior celeridade e, sobretudo, com maior confiabilidade das informações.</p>
2- Falta de atuação integrada do MPPA com os órgãos socioambientais, agrários e fundiários.	Deficiência na atuação integrada do MPPA com os órgãos socioambientais, agrários e fundiários.	<p>Foi necessário substituir o termo falta por deficiência uma vez que existem iniciativas fortalecedoras das relações institucionais precisando apenas serem melhoradas ou criados outros mecanismos que promovam melhorias, logo o problema deverá constar ainda no próximo Plano.</p> <p>No período de execução do PEAf, o CAO Cível/ GT Agrário, promoveu iniciativas de fortalecimento das relações institucionais com os órgãos socioambientais, agrários e fundiários, bem como com segmentos da população afetos direta e indiretamente aos problemas,</p>

		tais como: acordos, protocolos de intenção, convênios, dentre outros, além de participar ativamente em conselhos. Tais mecanismos são considerados, no MPPA, de suma importância, devendo apenas ser aprimorados.
3-Deficiência na implementação de políticas públicas agrárias, sobretudo de regularização fundiária.	3-Deficiência na implementação de políticas públicas na área rural.	A descrição do problema, constante no PEAf 20113/2014, foi parcialmente alterada com o intuito de possibilitar maior foco à questão rural. Não obstante a realização de reuniões com órgãos da área fundiária do Estado, com a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), dentre outros, visando assegurar o efetivo cumprimento das políticas públicas, a dificuldade de acesso às informações e aos possíveis indicadores existentes ainda de constituem em problema prejudicando a ação das Promotorias de Justiça. Daí a necessidade da proposição, no novo PEAf, de novas iniciativas que solucionem ou mitiguem tal problema.
4-Ausência de Integração de bancos de dados agrários, especialmente os fundiários, no Estado do Pará.		Considerando que a “Ausência de integração de banco de dados, é inerente ao problema “indefinição fundiária no Estado do Pará”, e, portanto, nele está contemplado, a descrição desse problema foi retirada .
5-Insuficiência de práticas preventivas e de composição dos conflitos agrários.		Foi percebido pelos membros que a “Insuficiência de práticas preventivas e de composição dos conflitos agrários” tem a sua origem na ausência de um plano de capacitação voltado para a área agrária. Desse modo, no rol dos problemas do novo PEAf deverá ser inserido a ausência de um plano de capacitação e aperfeiçoamento permanente, que deverá solucionar o problema proposto. Nesse sentido, a descrição como estava posta foi retirada do quadro de problemas.
6-Demora na prestação da tutela jurisdicional nos processos de competência das Varas Agrárias.		A demora na prestação da tutela jurisdicional nos processos de competência das Varas Agrárias foi considerada pelos membros como uma das causas da indefinição fundiária. Portanto, deverá ser

		enfrentada quando da execução de iniciativas que solucionem a “deficiência na política de gerenciamento de terras do Estado do Pará” (integração interinstitucional deficiente). Nesse sentido, se decidiu pela retirada da descrição do problema, no novo PEAf.
7-Ausência de informações e de indicadores dificultando as ações da Promotoria de Justiça Agrária em sua rotina de atuação.		A ausência de informações e de indicadores foi considerada pelos membros como causa inerente do problema “deficiência na implementação de políticas públicas na área rural”, logo, sua descrição foi retirada como problema mas continuará a ser enfrentado no novo PEAf, nessa perspectiva.
8-Precariedade da estrutura física das Promotorias de Justiça Agrárias	Insuficiência na estrutura das Promotorias de Justiça Agrárias.	A descrição desse problema apresentou as seguintes alterações: 1- Considerando que durante a execução do PEAf 2013/2014 a Administração realizou iniciativas para o fortalecimento da estrutura física das Promotorias de Justiça Agrárias, foi proposta a alteração na descrição do problema, substituindo o termo “precariedade” por “insuficiência”. 2- Os problemas referentes aos itens 8, 9, 10, 11, 13 e 14 dizem respeito à infraestrutura de modo geral. Assim, os Promotores de Justiça entenderam que passem a incorporar o problema “precariedade da estrutura física das Promotorias de Justiça Agrárias”, aí compreendidos os equipamentos, o mobiliário, veículo, cargo, pessoal, dentre outros, necessários ao adequado funcionamento das Promotorias de Justiça Agrárias.
9-Insuficiência de recursos humanos para a consecução das atribuições das Promotorias de Justiça Agrárias.		Retirado do quadro de problemas, pois foi considerado inerente à precariedade da estrutura física das Promotorias de Justiça Agrárias.
10-Precariedade da presença do MPPA/ Pano no território do Estado do Pará.		Retirado do quadro de problemas, pois foi considerado inerente à precariedade da estrutura física das Promotorias de Justiça Agrárias.
11-Promotorias de Justiça Agrárias com atuação em extensa área territorial e carência do número de cargos de Promotor de Justiça Agrário.		Retirado do quadro de problemas, pois foi considerado inerente à precariedade da estrutura física das Promotorias de Justiça Agrárias.

12-Ausência de detalhamento da normatização sobre as atribuições dos cargos de Promotor de Justiça Agrário.		Elaborado e encaminhado ao Colégio de Procuradores de Justiça para apreciação e aprovação de resolução e estudos sobre a atribuição dos cargos.
13-Reduzida clareza do perfil de atuação das Promotorias de Justiça Agrárias.		Retirado do quadro de problemas, pois foi considerado inerente à precariedade da estrutura física das Promotorias de Justiça Agrárias.
14-Ausência de titularização dos cargos de Promotor de Justiça Agrário.		Retirado do quadro de problemas, pois foi considerado inerente à precariedade da estrutura física das Promotorias de Justiça Agrárias.
	15-Dificuldade na socialização das informações produzidas no GT Agrário e de interesse do MPPA e da sociedade”, passando a constar no rol dos problemas do PEAFF 2018/2019.	Acrescido no rol de problemas para constar no novo PEAFF.

Nota: Após os ajustes e proposições dos Promotores de Justiça, a relação dos problemas a serem enfrentados no período 2018/2019 passou de 14 para 7.

A N E X O II
QUADRO 2 – AÇÕES ESTRATÉGICAS PEAFF 2013/2014 - AVALIAÇÃO

Item	Ações estratégicas	Iniciativas/Proj/ Atividades	Responsáveis/ Prazo	Estágio do Proj/Ativ	Status da ação estratégica
1	Criação de mecanismos de acompanhamento da participação do Ministério Público em conselhos e comitês em matéria agrária e fundiária, articulados ao Núcleo e ao GT Agrário.	Realizar levantamento de todos os grupos/comissões interinstitucionais, conselhos e comitês em matéria agrária e fundiária em que o Ministério Público tenha assento.	Túlio Chaves Novaes e Manoel Adilton Peres de Oliveira (abr/13)	Concluído	(X) Executada () Não executada () Parcialmente executada
		Elaborar e encaminhar à Administração Superior proposta de atuação dos integrantes do GT Agrário nos referidos grupos/comissões interinstitucionais, conselhos e comitês em matéria agrária e fundiária.	Túlio Chaves Novaes e Manoel Adilton Peres de Oliveira (jun/13)	Concluído	
2.	Criação do Núcleo de Questões Agrárias e Fundiárias, com a manutenção do GT Agrário como fórum de debate.	Elaborar e acompanhar proposta de criação do Núcleo. Objetivo geral da proposta: possibilitar o assessoramento e apoio efetivo à execução das atribuições dos membros do Ministério Público em questões agrárias e fundiárias. Elementos a serem analisados: 1. Atribuições; 2.Estrutura mínima; 3.Instrumento normativo.	Frederico Augusto de Moraes Freire (jun/13)	Concluído	(X) Executada () Não executada () Parcialmente executada
3.	Implementação de instrumentos legais (convênios, termos de cooperação, acordos, etc.), visando ao	Acordo de cooperação técnica para elaboração da cartografia das áreas de conflitos fundiários e agrários, existentes e potenciais, no Estado do Pará.	Ione Missae da Silva Nakamura e Eliane Cristina Pinto Moreira (jun/13).	Concluído	() Executada () Não executada (X) Parcialmente executada

	compartilhamento de dados e informações técnicas e operacionais (banco de dados, laudos e estudos, etc.), junto a universidades, organizações governamentais e não governamentais.	Projeto de integração de dados fundiários, agrários e ambientais no Estado do Pará. Elementos a serem acompanhados: articulação para a assinatura de acordos de cooperação técnica, captação de recursos e acompanhamento do projeto já encaminhado ao governo do Estado do Pará.	Fábia de Melo Fournier (dez/14).	Em execução	
		Projeto de divulgação e treinamento para utilização do Sistema Integrado de Informações Fundiárias, Agrárias e Ambientais no Estado do Pará.	Fabia de Melo Fournier (dez/15).	Em Execução	
4.	Normatização interna das atribuições das Promotorias de Justiça Agrárias.	Elaboração de proposta de resolução para definir as atribuições do cargo de Promotor de Justiça Agrário com ênfase à atuação extrajudicial preventiva, inclusive na mediação de conflitos, atendendo as diretrizes do plano estratégico.	José Godofredo Pires dos Santos (jun/13)	Concluído	(X) Executada () Não executada () Parcialmente executada
5.	Criação de fóruns permanentes, regionais e/ou estadual, entre o MPPA e a sociedade civil, visando identificar os problemas prioritários das populações envolvidas nos conflitos agrários e fundiários e avaliar a execução das políticas públicas voltadas à área rural.	Elaborar projeto de criação e funcionamento de fóruns permanentes, regionais e/ou estadual, entre o MP e a sociedade civil.	Lílian Regina Furtado Braga e Laércio Guilhermino de Abreu (jun/13)	Concluído	
		Elaborar projetos conjuntos entre as Promotorias de Justiça nas regiões agrárias, voltados à implementação de políticas públicas em questões agrárias e fundiárias.	Lílian Regina Furtado Braga e Laércio Guilhermino de Abreu (dez/15)	Em Execução	() Executada () Não executada (X) Parcialmente executada

6.	Realização de cursos de aperfeiçoamento funcional considerando tempo, disponibilidade e conteúdo compatíveis com a função dos Promotores de Justiça, preferencialmente cursos de curta duração que abordem mediação de conflitos, gerenciamento de crises e outros diretamente vinculados à atuação prática dos Promotores de Justiça na área fundiária e agrária.	Elaborar projeto de curso de aperfeiçoamento visando integrar a política institucional de formação continuada.	Viviane Veras e Paula Helena Maués Correa de Melo (jun/13).	Concluído	(X) Executada () Não executada () Parcialmente executada
7.	Implementação de infraestrutura adequada às Promotorias de Justiça Agrárias	Elaboração de diagnóstico da estrutura existente nas Promotorias de Justiça Agrárias atualmente instaladas no Estado do Pará.	Ítalo Costa Dias e Grace Kanemitsu Parente (jun/13).	Concluído	(X) Executada () Não executada () Parcialmente executada
	(equipamentos, mobiliários, veículos, sistemas, servidores, segurança pessoal, etc.) para o efetivo desempenho de suas funções.	Elaboração de projeto para o fortalecimento da estrutura das Promotorias de Justiça Agrárias.	Francisca Suênia e Tarcísio Feitosa (fev/15).	Concluído	

8.	Criação e implementação de estratégias interinstitucionais para tratar de questões relacionadas a mortes, ameaças de morte e demais violências decorrentes de conflitos agrários e fundiários.	Identificar e definir estratégias de acompanhamento dos casos de pessoas ameaçadas de morte por conflitos agrários e fundiários.	Danyllo Pompeu Colares, Ione Missae da Silva Nakamura, João Macedo (Coordenador), Renata Lisboa e Jeanne Oliveira (jul/15).	Em Execução	() Executada () Não executada (X) Parcialmente executada
		Análise dos Programas de Proteção de Defensores de Direitos Humanos-PPDDH e do Programas de Proteção de Vítimas e Testemunhas Ameaçadas- PROVITA, encaminhando propostas de melhorias dos Programas de proteção.	Danyllo Pompeu Colares, Ione Missae da Silva Nakamura e Eliane Cristina Pinto Moreira (maio/14).	Concluído	
9.	Realização de estudo para redefinição da extensão territorial das Promotorias de Justiça Agrárias.	Estudo das regiões agrárias e elaboração de proposta de ato normativo para redefinição da extensão territorial da área de atuação de cada Promotoria de Justiça Agrárias do Estado do Pará.	Eliane Cristina Pinto Moreira (set/13).	Concluído	(X) Executada () Não executada () Parcialmente executada
10.	Provimento dos cargos de Promotor de Justiça Agrário.	Estudo e levantamento da situação dos cargos de Promotor de Justiça Agrário, das Promotorias de Justiça Agrárias instaladas e dos cargos providos para elaboração de proposta de ato normativo visando à instalação das dez Promotorias de Justiça Agrárias correspondentes aos cargos já criados por lei.	Eliane Cristina Pinto Moreira (set/13).	Concluído	(X) Executada () Não Executada () Parcialmente executada
11.	Elaboração de guias práticos de rotinas para atuação das Promotorias de Justiça	Identificar rotinas para atuação das Promotorias de Justiça Agrárias e elaborar guia prático de rotinas.	Ione Missae, Jane Cleide e Francisca Suênia (dez/15).	Em Execução	() Executada () Não executada (X) Parcialmente executada

	Agrárias, adotando, no que couber, pressupostos do manual de boas práticas da Ouvidoria Agrária Nacional e de outros órgãos, submetendo o seu uso à apreciação da Corregedoria-Geral do Ministério Público.	Identificar rotinas para ações integradas com outras instituições visando fiscalização, mediação de conflitos e implementação de políticas públicas, com a elaboração de guia prático de rotinas.	Ana Maria e Gerson Daniel Silva da Silveira (dez/15)	Sem informação	
12.	Levantamento dos casos e das áreas em conflito, bem como daquelas de potencial conflito agrário.	Desenvolvimento de um sistema de gestão de informações de conflitos agrários e fundiários integrando as iniciativas do comitê estratégico de tecnologia da informação.	Ítalo Costa, Jane Cleide, Fabia de Melo Founier, Renata Lisboa e Tarcísio Feitosa (dez/15).	Em execução	() Executada () Não executada (X) Parcialmente executada: Construção dos critérios/parâmetros

A N E X O III
QUADRO 3 – Matriz PEA F 2018/2019

Ações estratégicas	Problemas	Metas		Atividades/iniciativas	Responsáveis	Prazo de conclusão
		2018	2019			
FORTALECIMENTO DA ATUAÇÃO INSTITUCIONAL	Ausência da normatização das atribuições dos	1 Resolução do CPJ aprovada com definição das atribuições dos cargos de PJ Agrários		Proposição e acompanhamento de minuta de resolução das atribuições das PJ Agrárias ao CPJ	4º PJ de Redenção (Agrária) ¹ , 7º PJ de Santarém (Agrária) ² , 6º PJ de Altamira (Agrária) ³ e PJ de Soure ⁴	Dez/18
	Insuficiência da estrutura das Promotorias de Justiças Agrárias	5 PJs estruturadas e equipadas, com recursos e serviços indispensáveis ao desempenho de suas atribuições	5 PJs Novas estruturadas e equipadas, com recursos e serviços indispensáveis ao desempenho de suas atribuições (novas)	Instalação de infraestrutura adequadas das PJs Agrárias	Coord. CAO Cível, Coord. Núcleo Agrário e PJs Agrárias	Dez/19
		5 novas PJs instaladas com redimensionamento territorial		Instalação de 5 cargos criados de Promotores de Justiça Agrários	PGJ, Coord. CAO Cível, Coord. Núcleo Agrário, PJs Agrárias e 6º PJ	Dez/18

¹ Herena Neves Maués Corrêa de Melo

² Ione Missae da Silva Nakamura

³ Sabrina Said Daibes de Amorim Sanchez

⁴ Guilherme Chaves Coelho

					de Parauapebas ⁵	
Ausência de um plano de capacitação e aperfeiçoamento permanentes	2 cursos de capacitação e 1 curso de aperfeiçoamento realizados	1 curso de capacitação e 1 curso de aperfeiçoamento realizados	Elaboração de Plano de Capacitação e aperfeiçoamento		Coord. CAO Cível, Coord. Núcleo Agrário, 8º PJ de Castanhal (Agrária) ⁶ , 4º PJ de Redenção (Agrária) ⁷ , PJ de Ponta de Pedras ⁸ , 2º PJ de Breves ⁹ e 1º PJ de Rondon do Pará ¹⁰	Dez/19
	1 guia judicial elaborado		Revisão e Publicação do guia de atuação judicial		4º PJ de Redenção (Agrária) ¹¹ , 12º PJ de Marabá	Jun/18

⁵ Crystina Michiko Taketa Morikawa

⁶ Eliane Cristina Pinto Moreira

⁷ Herena Neves Maués Corrêa de Melo

⁸ Adriana Passos Ferreira

⁹ João Batista de Araújo Cavaleiro de Macedo Júnior

¹⁰ Louise Rejane de Araújo Silva

¹¹ Herena Neves Maués Corrêa de Melo

					(Agrária) ¹² e PJ de Soure ¹³	
		1 guia extrajudicial revisto e publicado		Elaboração do guia de práticas extrajudiciais	Coord. Núcleo Agrário, PJs Agrárias, 7º PJ de Santarém (Agrária) ¹⁴ , 12º PJ de Marabá (Agrária) ¹⁵ , 3º PJ de Paragominas ¹⁶ e Assessora Gracilda Leão	Jun/18
	Deficiência na atuação integrada no MP e com outros órgãos ambientais, agrários e fundiários	4 órgãos integrados ao MP, nas questões agrárias (convênios e outros)	1 órgão integrado ao MP, nas questões agrárias (convênios e outros)	Formalização de instrumentos legais (termo de cooperação técnica) com instituições governamentais e não governamentais	8º PJ de Castanhal (Agrária) ¹⁷ , 7º PJ de Santarém (Agrária) ¹⁸ e 8º PJ de Santarém ¹⁹	Dez/19
		1 instrumento normativo para atuação conjunta proposto		Instrumentos normativos para realização de ações integradas entre os membros do MP	12º PJ de Marabá	Dez/19

¹² Jane Cleide Silva Souza

¹³ Guilherme Chaves Coelho

¹⁴ Ione Missae da Silva Nakamura

¹⁵ Jane Cleide Silva Souza

¹⁶ Luiz Gustavo da Luz Quadros

¹⁷ Eliane Cristina Pinto Moreira

¹⁸ Ione Missae da Silva Nakamura

¹⁹ Lílian Regina Furtado Braga

					(Agrária) ²⁰ , PJ de Almeirim ²¹ , 8º PJ de Marabá ²² , 8º PJ de Santarém ²³ e 1º PJ de Rondon do Pará ²⁴	
		100% de participação do MPPA nos Conselhos e Comitês de questões agrárias e fundiárias	100% de participação do MPPA nos Conselhos e Comitês de questões agrárias e fundiárias	Participação de membros do GT Agrário nos conselhos e comitês em matéria agrária e fundiária	3º PJ de Paragominas ²⁵ e Assessora Vera Tavares	Dez/19
DISSEMINAÇÃO INTERNA E EXTERNA DAS INFORMAÇÕES DE RESULTADOS DE PROJETOS E ATIVIDADES PRODUZIDOS PELO CAO CÍVEL/GT AGRÁRIO	Dificuldades na socialização das informações produzidas no GT Agrário de interesse do MP e da sociedade	1 Plano de Comunicação elaborado e instituído	1 Plano de Comunicação implementado	Elaboração e implementação de plano de comunicação	Coord. CAO Cível, 4º PJ de Redenção (Agrária) ²⁶ , PJ de Soure ²⁷ , PJ de Goianésia do Pará ²⁸ e Assessoria de Imprensa	Dez/19

²⁰ Jane Cleide Silva Souza

²¹ Bruno Fernandes Silva Freitas

²² Josélia Leontina de Barros Lopes

²³ Lílian Regina Furtado Braga

²⁴ Louise Rejane de Araújo Silva

²⁵ Luiz Gustavo da Luz Quadros

²⁶ Herena Neves Maués Corrêa de Melo

²⁷ Guilherme Chaves Coelho

²⁸ José Alberto Grisi Dantas

FOMENTO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À CIDADANIA RURAL	Deficiência na implementação de políticas públicas na área rural	1 Fórum por Região Agrária realizado	1 Fórum estadual realizado	Realização de um fórum por região agrária e fórum estadual para produzir relatórios situacionais e encaminhamentos ao poder público	Coord. Núcleo Agrário, 7º PJ de Santarém (Agrária) ²⁹ , 8º PJ de Santarém ³⁰ , 3º PJ de Paragominas ³¹ e Assessora Kátia Carvalho	Dez/19
		3 reuniões realizadas com órgãos envolvidos no problema	3 reuniões realizadas com órgãos envolvidos no problema	Acompanhar o programa federal e estadual de defensores de direitos humanos, bem como das pessoas ameaçadas de morte por conflitos rurais	8º PJ de Castanhal (Agrária) ³² , 4º PJ de Redenção (Agrária) ³³ , 7º PJ de Santarém (Agrária) ³⁴ , PJ de Ponta de Pedras ³⁵ , 2º PJ de Breves ³⁶ e Assessora Vera Tavares	Dez/19
		1 mapa de conflito elaborado		Elaboração de mapa dos conflitos	12º PJ de Marabá	Dez/19

²⁹ Ione Missae da Silva Nakamura

³⁰ Lílian Regina Furtado Braga

³¹ Luiz Gustavo da Luz Quadros

³² Eliane Cristina Pinto Moreira

³³ Herena Neves Maués Corrêa de Melo

³⁴ Ione Missae da Silva Nakamura

³⁵ Adriana Passos Ferreira

³⁶ João Batista de Araújo Cavaleiro de Macedo Júnior

					(Agrária) ³⁷ , 6º PJ de Altamira (Agrária) ³⁸ , 2º PJ de Breves ³⁹ , PJ de Muaná ⁴⁰ , Assessora Vera Tavares e Assessora Patrícia Guedes	
INTEGRAÇÃO DE DADOS FUNDIÁRIOS DO ESTADO DO PARÁ	Deficiência na gestão de terras no estado do Pará	2 órgãos integrados ao SIG, com homologação do sistema e documentos	2 órgãos integrados ao SIG, com homologação do sistema e documentos	Articulação junto as instituições que fazem parte do protocolo de entendimento do SIG Fundiário para: a) Homologação dos documentos constantes no banco de dados do SIG Fundiário junto ao ITERPA; b) Aprovação da minuta do Protocolo de Acesso das instituições ao banco de dados do SIG Fundiário; c) Debate do projeto de instalação de câmaras de tratamento de conflitos fundiários; d) Divulgação e treinamento para utilização do Sistema Integrado de Informações Fundiárias, Agrárias e Ambientais do Estado do Pará;	Coord. CAO Cível, Coord. Núcleo Agrário, GT SIG-F, PJs Agrárias e 1º PJ de Rondon do Pará ⁴¹	Dez/ 19
		6 municípios da Região Agrária de Castanhal com o Projeto Piloto SIG implantado	1 município da Região Agrária de Santarém com o Projeto SIG implantado			Jun/19
		1 Câmara de tratamento de conflitos agrários e fundiários instalada	1 Câmara de tratamento de conflitos agrários e fundiários instalada			Dez/19

³⁷ Jane Cleide Silva Souza

³⁸ Sabrina Said Daibes de Amorim Sanchez

³⁹ João Batista de Araújo Cavaleiro de Macedo Júnior

⁴⁰ Juliana Dias Ferreira de Pinho Palmeira

⁴¹ Louise Rejane de Araújo Silva

				e) Elaboração de projeto de expansão do SIG Fundiário para todo território paraense.		
--	--	--	--	--	--	--